



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2016.0000341710

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1011373-86.2014.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante OMNITRANS LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA, é apelada FÁTIMA DE JESUS ROCHA.

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA (Presidente), RUY COPPOLA E KIOITSI CHICUTA.

São Paulo, 19 de maio de 2016

CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

VOTO Nº 05.227

Apelação Cível nº 1011373-86.2014.8.26.0562

Comarca de Santos / 4ª Vara Cível

Juiz: Frederico dos Santos Messias

Apelante: Omnitrans Logística e Transportes Ltda.

Apelada: Fátima de Jesus Rocha

RESPONSABILIDADE CIVIL – Acidente de Trânsito – Ação indenizatória - Autora que sofreu sérios ferimentos, atingida quando caminhava na calçada da via pública, por roda que se desprende de caminhão da ré - Prejuízo moral evidenciado - Valor fixado dentro de critérios da razoabilidade e proporcionalidade - Sentença mantida – Recurso improvido.

Sentença proferida a fl. 318/25 acolheu parcialmente ação indenizatória proposta pela Autora contra a Ré, fixando o valor de R\$ 35.000,00 para a indenização por prejuízo moral, estabelecida a sucumbência recíproca quanto aos ônus processuais.

Apela a Ré para a inversão do resultado, aduzindo ser indevida a condenação por prejuízo moral, que não estaria evidenciado, devendo, quando muito, ser reduzida.

Recurso preparado, tempestivo, recebido em ambos os efeitos e contrariado.

É o relatório.

O apelo não deve ser provido.

Primeiro porque não existem dúvidas de que o dano moral, no caso, deve ser indenizado, uma vez evidenciados prejuízos relevantes a este nível, envolvendo ferimentos de certa gravidade sofridos pela autora, com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

impossibilidade laborativa por, pelo menos, um ano e três meses (fl. 27).

E o valor fixado na r. sentença, a tal título, afigura-se consentâneo com a realidade vivenciada, presentes os pressupostos pertinentes à razoabilidade e proporcionalidade, não merecendo ressalvas. Aliás foi muito beneficiada a Ré com a falta de recurso para pagamento de pensão mensal, por incapacidade permanente, pois o laudo pericial atestou a persistência de sequelas incapacitantes, decorrentes do acidente.

Por estas razões, meu voto nega provimento ao recurso.

Caio Marcelo Mendes de Oliveira
Desembargador Relator
(assinatura eletrônica)